

Aos vinte dias do mês de maio de dois mil e vinte e quatro reuniram-se de forma on line para a 4ª reunião de Câmara de Educação Infantil os conselheiros Ana Lucia Rodrigues, Anderson Dias do Rosário, Carla Cristine Agulham, Daniela Medeiros de Oliveira, Delma Regiane Furman, Leila Gonçalves de Carvalho, Luiz Carlos Costa da Silva, Maria Madalena de Carvalho Hitner, Marilza Aparecida Pereira Teixeira, Stela Regina G. Wontroba.

A Presidente da Câmara Municipal de Educação Infantil, Marilza Aparecida Pereira Teixeira inicia a 2ª reunião colocando que temos dois casos para discutir. O Conselheiro Luiz Carlos pede autorização para o servidor Anderson participar da reunião e para ler o protocolo, o que foi autorizado pela Presidente. O Conselheiro Luiz Carlos começa a leitura..“Informação da solicitação, protocolo número 2024040113194055907, abertura 01-04-2024 às 16h13. Prazo 01 de maio de 2024 às 23h59. Assunto: Solicitação: Conselhos, descrição ao Conselho Municipal de Educação.“Venho por meio desta solicitação trazer à tona algumas informações em relação à escola particular vinculada à Secretaria de Educação, pelo Compra de Vagas, que tomou uma decisão em relação a um aluno de 4(quatro) anos, que nos dias atuais tem trazido alguns prejuízos psicológicos da criança em questão, e também a família e a escola atual em que o mesmo está frequentando. No ano passado, 2023 (dois mil e vinte e três), meu filho, (ali tem o nome da criança apagado), ingressou no Infantil 4(quatro) na Escolinha Letrinhas Coloridas, localizada no bairro Quississana, em São José dos Pinhais. Meu filho é nascido em 27 (vinte e sete) de abril de 2019 (dois mil e dezenove) ingressou na turma correta conforme a data de corte estabelecida pelo parágrafo 6º (sexto)a Resolução número 2 (dois) de 9 de outubro de 2018. No entanto, no mês de setembro do mesmo ano, ele foi transferido para uma turma mista de Pré 1(um) e Pré 2 (dois), por conta das coordenadoras, professoras e provavelmente da direção da escola, ao qual só fiquei sabendo alguns dias depois, por perceber que ele não estava na turma correta e então perguntei a coordenação porque ele havia mudado de turma e foi informada que ele não estava se adaptando com a turma, visto que seu desenvolvimento estava além de que elas esperavam, e eu questionei se não havia problemas futuros e me falaram que não. Então, não solicitei que retornasse ao Infantil 4 (quatro), pois não tinha ciência do que poderia acontecer. Passado algumas semanas, meu filho teve um problema com um colega, ao qual achávamos que estava dirigindo ao meu filho como se fosse menina, então, entramos em contato com a direção da escola, juntamente com a psicóloga da mesma, e depois disso questionei a volta dele ao Infantil 4 (quatro) e falaram que iam fazer uma nova a adaptação à turma antiga, porém, não houve sucesso, porque ele já havia se adaptado às turmas dos Pré 1(um) e 2 (dois), mais uma vez questionei

a coordenação, se isso não traria prejuízo futuro para ele. Em resposta, me foi informado que era melhor ele ficar na turma correta para não ter prejuízos futuros, (tem vídeo anexo), mas mesmo assim, ele permaneceu na turma do Pré, atualmente em uma nova escola e na sua turma correta Pré 1(um). Segundo a data de corte, pelo segundo ano consecutivo, meu filho tem sofrido problemas de adaptação por ver um de seus colegas da escola antiga em outra turma, que são dos mais grandes, primeiro ano, visto que o colega estava no Pré 2(dois), junto com ele na escola antiga e na sala mista. Ele tem nos questionado porque ele precisa ficar onde estão os pequenos e seu amigo na sala dos grandes. Estamos juntamente com a escola atual e uma psicóloga contratada para tentarmos ajudar ele a entender o que houve. Porém, já passou mais de um mês e não obtivemos sucesso no tratamento. Desta forma, ele tem apresentado resistências em ficar em sala de aula, ficou agressivo por algumas vezes porque não aceita a turma onde ele está. Outro sim, cremos que por conta de tudo que ele já aprendeu na escola e na turma em que estava, Pré 1 (um), ele tem se mantido resistente a tudo na escola atual. Sendo assim, quero deixar claro que o meu filho é uma criança muito carinhosa, atenciosa, bem autêntico, educado e aprende de forma muito rápida, e por isso venho solicitar uma análise pelo Conselho Municipal de Educação para que possam ser realizados alguns testes para sabermos a sua atual capacidade de aprendizado, como também de uma possível reclassificação para o Pré 2 (dois). Abaixo deixo anexo aos prints realizados e a conversa com uma coordenadora da escola antiga, assim também como fotos que comprovam a turma onde ele estava juntamente com os anexos, um parecer descritivo da escola atual. Com base em todo o exposto, solicito e peço referimento aos senhores para uma análise da situação ao qual está trazendo prejuízos psicológicos para o meu filho e também para todos à sua volta, família, escola e amigos de classe. E caso necessário, tenho mais fotos, inclusive da turma mista, para anexar, visto que aqui pelo site só consigo anexar quatro documentos”. Atenciosamente, Aline Laura Florência dos Santos. Rua das Canelinhas, 281 Casa, o CEP, o nome do bairro, a cidade...A Conselheira Ana Lucia diz que não se pode ler os dados pessoais. O Conselheiro Luiz Carlos continua e diz que os contatos e a tramitação por onde passou,em seguida vem o parecer descritivo da atual escola, e pede para a Secretária do Conselho Municipal de Educação tirar da parte que ele falou do endereço pessoal da mãe lá. A Conselheira Ana Lucia pede que antes do Conselheiro Luiz Carlos de começar a ler o parecer descritivo, ela diz que nem há necessidade, pois a criança não tem idade para ir para a o Pré 2 (dois). “A data de corte dela, legalmente, agora ela está correta, o que aconteceu, na verdade, é que depois da visita da Divisão de Estrutura e Funcionamento, a escola colocou ele no lugar, na etapa correta, que é isso que aconteceu, e a

mãe não está aceitando, ela quer que faça a reclassificação para o Pré 2 (dois), não existe isso na Educação Infantil, a data corte tem que ser respeitada, a data de nascimento dele é 27 de abril, então não tem como, ele já passou, para a etapa mesmo do Pré-1 (um), então ele tá com 5 (cinco anos, ele completou agora 5 (cinco anos, mais os 5 (cinco anos dele após o dia 31 de março, então, realmente, a criança não tem condição nenhuma, por mais que dê, eu digo, a criança está bem, não tem como, a legislação não permite.. Aqui, o erro foi a matrícula dessa criança no Pré 2 (dois), e agora tiveram que trazer para o Pré 1 (um). Por isso que, no início do ano, nós temos a deliberação, o parecer do Conselho Municipal de Educação, de que as escolas, principalmente os CEIS, tem que apresentar para a Divisão de Estrutura e Funcionamento, na verdade é para o Conselho Municipal de Educação, porque está lá que é para o Conselho Municipal de Educação, esse ano a gente deixou para a Divisão de Estrutura e Funcionamento, as suas matrículas para ver se está correto a matrícula das crianças. E aí tem alguns casos que foram apresentados e um desses é esse e aí tem que conversar sempre com a escola, e a escola tem que conversar com a família, e a família deve ter dado uma boa desculpa para a mãe não dizer que a criança estava matriculada na etapa errada, e falou de turma mista, que a criança não estava se adaptando, assim, o nosso parecer não vai poder negar para ela nada, nós vamos ter que colocar o que realmente está acontecendo, aí fica de acordo com a mãe para verificar se essa criança permanece ou não na escola, que seria isso” A Presidente Marilza pergunta para a Conselheira Delma se realmente existia essa turma mista se foi verificada pela Divisão de Estrutura e Funcionamento, se lembra disso” A Conselheira Delma responde que não, “No momento que nós fomos visitar a escola não tinha turma mista, nós não encontramos turma mista. Conversamos lá com a coordenadora pedagógica e ela nos informou e até ela mostrou uma conversa de celular em que a mãe pedia para mudar a criança de turma já com essa conversa de que ela não estava se adaptando, então aí é uma divergência nas informações que a gente nunca sabe de quem é o lado certo. Mas a coordenadora pedagógica nos mostrou uns prints de conversa em que a mãe solicita a mudança de turma da criança no CEI Letrinhas Coloridas” O Conselheiro Luiz Carlos disse que essa criança estava no Compras de Vagas ali, então vale a pena ele se posicionar enquanto gestor do programa. “

Esse caso chegou ao meu conhecimento, nunca foi matriculada em turma errada, sempre ela seguiu no infantil 4 (quatro) e ela foi paga enquanto infantil 4 (quatro). “Quando aconteceu da mãe vir falar comigo referente a essa mesma situação, eu entrei em contato imediatamente com a escola, perguntei se existia essa possibilidade, a mãe me trouxe, entre outras situações, com relação a essa questão de ter chamado o filho de menina e tal, mas que não, que a escola

nunca tinha colocado essa criança como matriculada em pré-1 (um), ou seja, ela passou o tempo todo aqui dentro do Compras de Vagas, no Infantil 4 (quatro), matriculada na modalidade correta. A mãe, até pelo que eu falei com ela, ela demonstrou muito afim do em querer que o filho dela vá para o Pré 2 (dois) e não vá no sentido de ela não conseguiu comprovar. Resumindo, a mãe não conseguiu me convencer de que isso estava, uma vez que a escola veio e comprovou que, de fato, a matrícula tinha sido feita no Infantil 4 (quatro), inclusive. E sobre essa questão que a mãe traz ali no ESIC referente à menina, essa escola em específico traz uma família inclusiva de dois pais ali que tem essa criança lá adotada e faz parte dessa comunidade escolar e muito que por conta dessa situação também a mãe exigia que o filho não frequentasse a sala da onde essa criança, desses pais inclusivos, desses pais homoafetivos, estava matriculado. Essas são as situações ali, para registrar a contestação, o confronto ali do que a mãe colocou na situação, e de fato, concordo com a Conselheira Ana Lucia, ela tá na idade certa, não tem que ir para Pré 2 (dois) de forma alguma, uma vez que também não houve inconsistência nem erro por parte do CEI Letrinhas Coloridas na matrícula errada. E também ela nem chegou a frequentar turma mista, porque eu questionei a escola sobre isso também, e seria de repente o caso de contra-turno, que também não se aplicou ao caso". A Conselheira Ana Lucia diz: "Nós solicitamos, como a mãe ligou aqui, mandou e-mail, dizendo que ela já, antes do CEI Letrinhas Coloridas, ela já estava em outra escola, ou lá no CEI Letrinhas Coloridas, e eles tinham antecipado o filho dela, mas nós fomos atrás, pedimos para ela a documentação, ela não tinha, então era mentira. Essa é a questão, então, da de turma mista, que também não aparece na relação da divisão de estrutura e Funcionamento que me encaminhou, não existe. Então, na verdade, ela está querendo dizer que ele estava no Pré 2 (dois) e passaram ele por Pré 1 (um), é isso que ela está querendo para forçar a ida dele para o Pré 2 (dois), mas não tem como, é data corte aí, a criança vai permanecer no Pré-1 (um), ela pode recorrer aonde ela quiser, inclusive no Ministério Público, a gente tem as comprovações aqui em relação a essa criança, no caso dessa criança, então é por isso que eu nem deixei seguir adiante, porque aqui é uma criança estimulada, até pelo parecer, uma criança estimulada pela família, nada mais do que isso. Não existe reclassificação até o primeiro ano, é só a partir do segundo ano do ensino fundamental, a gente cansa de avisar isso para as famílias, já vieram outros casos aqui pedindo reclassificação, que não frequente nem o Pé 1 (um), nem o Pé 2 (dois), a gente coloca que são obrigatórios, etapas obrigatórias, está na legislação, e eles precisam respeitar, que na verdade é falta de respeito em relação à Educação Infantil que são etapas que não podem ser puladas em relação a essas crianças, elas permanecem até o primeiro ano, que também é

obrigatório, não existe o pular o primeiro ano, então, não pula a Educação Infantil, não pula primeiro ano. Então, a partir de que ele for matriculado no segundo ano, pela legislação, aí pode-se fazer, vai ter todo um acompanhamento digamos, aqui o nosso é o CEMAEE, que vai verificar se a criança tem ou não altas habilidades, para estar acompanhando e fazer os testes para ver se vai acompanhar o terceiro ano, então, não existe essa reclassificação. Nós tivemos um problema com uma mãe, ela começou o ano passado, da filha da Educação Infantil, porque a filha mais velha, ela conseguiu comparecer do Conselho Nacional da Educação, ela conseguiu com que a filha permanecesse, mesmo estando na etapa, estava adiantada, mas o parecer dizia que a criança poderia permanecer e continuar, ela fazia aniversário após, abril, acho que era maio, ela quis, com o menor, fazer a mesma coisa, e a filha tinha algumas habilidades, daí eu comprovei, e tinha daí depois a documentação, que é importante que você saiba. A data corte, o parecer saiu em 2018, lá dizia que a Educação Infantil, quem estivesse matriculado na Educação Infantil poderia prosseguir, quem já estivesse matriculado, frequentando, mesmo que estivesse lá no maternal e aí, claro, vários Conselhos recorreram, porque não, não estava correto. quando é que ia realmente acontecer aí a idade correta dessas crianças. E então, saiu no ano seguinte, em 2019, outro parecer do Conselho Nacional dizendo que era somente as crianças matriculadas no Pré 1 (um) e no Pré 2 (dois). Só que o ministro não homologou esse documento. Nós levamos, l e só foi homologar em 2022. Então, a partir de 2022 é que a gente pode colocar, digamos assim, ordem ali, e essas crianças não puderam mais... “Ah, mas ele estava lá no maternal...” Não, a partir do ano de 2022, já estava, tinha aparecido o Conselho Nacional, dizendo que quem poderia prosseguir só quem estivesse matriculado no Pré 1 (um) e no Pré 2 (dois), os demais teriam que seguir a data corte. Então é isso que, quando chega para o Conselho, a gente trouxe para vocês aqui, né, porque chegou e é preciso ter esse conhecimento, mas não tem nem como ir em votação, digo pra vocês, é seguir a legislação. O Parecer do Conselho Nacional, tanto de 2018 quanto de 2019, essa criança tem que permanecer no pré-1 (um) e a mãe não tem o que fazer. Acho que é isso que eu precisava colocar para vocês e por isso que a gente tá sempre fazendo a verificação em parceria aí com a Divisão de estrutura e Funcionamento, que verifica as matrículas no início do ano e faz colocar na etapa correta” O Conselheiro Luiz Carlos pede desculpa, esqueceu de levantar a mão. “Só mais uma complementação na minha fala, com relação à questão que ela traz ali de prints, que ela traz ali na frente, essa escola, ela coloca o que a dona me passou, ela tem esse grupo ali de quatro Pré 1 (um) e 2 (dois) junto, e nesse dia específico, as atividades ali na hora do intervalo estavam juntos, por isso que tem essa foto que foi colocada no mesmo grupo, mas mesmo assim, de

qualquer forma, como a Conselheira Ana Lucia apontou ali, independente de estar junto num momento de intervalo ou estar junto no mesmo grupo de whatsapp para informações, não configura prova para nada por conta das questões legais que já tem postos”. A Conselheira Ana Lucia pergunta para a Conselheira Delma: “Você disse que não tem essa turma mista, então são atividades certas de contra-turno”. A Conselheira Delma responde: “Não, no momento que a gente foi lá verificar, porque na documentação estava tudo certinho, não encontramos turma mista. De repente até, porque as escolas de Educação Infantil fazem muita interação, uma turma com a outra, mas são momentos separados, então a gente acredita que de repente foi um momento assim, mas em loco mesmo não havia turmas mistas. A Presidente Mariza opina: “Momento de integração, talvez?” A Conselheira Ana Lucia diz que é uma atividade de contra-turno, atividades da escola que é feito.” A Presidente Mariza pergunta se alguém tem alguma dúvida, algum questionamento? Ninguém responde, e continua “Então, é isso, A criança permanece onde está, considerando a data corte e vamos passar para o próximo assunto., e a secretária Valdinéia comenta que a internet está muito devagar no momento, e a Conselheira Ana Lucia pergunta para a Presidente Mariza se ela tem os dados do assunto, e a mesma responde: “Tenho, se eu só abrir aqui, o Conselheiro Luiz Carlos pergunta se quer que ele leia o documento e a Conselheira Ana Lucia diz que tem que ser o secretário Anderson pra ler o mesmo diz que não tem problema que o Conselheiro Luiz Carlos pode ler e aproveitar para dizer: “Até no final da reunião eu quero deixar registrado que estarei saindo da Câmara de Educação Infantil e outra situação específica, mas aí no final eu deixo registrado”. O Conselheiro Luiz Carlos começa a leitura do documento: “É um e-mail endereçado ao Conselho Municipal de Educação de São José dos Pinhais. “Boa tarde Néia, tudo bem? Conforme falamos com o telefone, o responsável da aluna citada solicitou matrícula em nossa escola pela idade cronológica, ela deveria ser matriculada no nosso Infantil 4(quatro), porém o responsável nos apresentou o laudo, solicitando que devido ao desenvolvimento da aluna matriculada na turma anterior que seria o Infantil 3(três). Solicito orientação e autorização do Conselho Municipal de Educação para seguir com essa matrícula, obrigada pela atenção”, a coordenadora administrativa da Rede Única tem 03 (três) anexos ali que é a consulta, o relatório e o escâner de um documento, possivelmente. Aí um dos anexos ali é o atestado médico, que diz o seguinte, “A Secretaria de Educação solicita que esteja liberada matrícula da menor da turma infantil 3(três), criança apresenta importante atraso no desenvolvimento neuropsicomotor para a idade devido à malformação neurológica leucomalácia cística periventricular, autismo nível 3 (três) de suporte e possível associação sindrômica com síndrome ainda em investigação. Menor

não é oralizada e não apresenta nenhuma intenção comunicativa, apresenta deficit importante na interação social e não está defraudada. A matrícula em turma anterior é preconizada para a idade cronológica associada às terapias que a criança já realiza, pode propiciar melhora na evolução cognitivo motora da menor, CID 11:6A02.5” Isso foi atestado o médico. Aí a doutora vai colocar na neuropediatra uma declaração. Nome da criança, informa para os devidos fins que a criança não apresenta...solicitação genética em investigação Ela não oferece ali questão da fala e deficiência cognitiva. corroborou com aquele laudo que a gente leu anteriormente, e agora ela tem aqui da Clínica CERNE...A Conselheira Ana Lucia comenta da deficiência, deficiência global do desenvolvimento da sala e deficiência cognitiva. O Conselheiro Luiz Carlos agrade a conselheira. Seguindo aqui, é o relatório de acompanhamento fonoaudiólogo. A identificação do menor e a descrição é a seguinte: “A menor tal está em acompanhamento fonoaudiológico semanal desde novembro de 2022 na Instituição Centro de Excelência em Reabilitação Neurológica, CERNE. A criança realiza atendimento multiprofissional por apresentar encaminhamento médico com CID 11:6A02 (transtorno do espectro autista). O CID 10.680.8 (encefalopatia crônica não progressiva hemiplégica à esquerda ECNP). Esse documento fornece dados a respeito do acompanhamento fonoaudiológico. Com relação ao procedimento. A criança em questão realiza sessões de fonoaudiologia, psicologia, terapia ocupacional, integração sensorial e fisioterapia. A paciente é assistida por duas fonoaudiólogas que atuam conforme suas respectivas qualificações, como estratégias baseadas em análise de comportamento aplicada, o (ABA), e o conceito BOBATH. São realizadas semanalmente duas sessões de fonoaudiologia baseadas em análise do comportamento e uma sessão de fonoaudiologia baseada no conceito de BOBATH. Em conversa recente com os responsáveis a respeito do desenvolvimento da criança no contexto escolar, foi relatado que devido aos deficit na comunicação receptiva e expressiva, bem como todos os demais atrasos que a criança apresenta, é notável que a Heloísa não está sendo devidamente incluída nas atividades que são propostas em sua turma, pois a criança não realiza atividades estruturadas com independência, tais como sentar para desenhar ou pintar. Desta forma, sugerimos que a criança seja matriculada em uma série anterior à sua de referência e também solicitamos que hajam profissionais capacitados e dispostos a realizar adaptações em seu programa de ensino, proporcionando experiências e aprendizados importantes para sua evolução.” Aí, o próximo tópico é a conclusão, que diz o seguinte, “Por fim, faça indispensável a continuidade das intervenções terapêuticas juntamente com a equipe multidisciplinar para o melhor desenvolvimento dos objetivos fonoaudiólogos. Nos colocamos à disposição para eventuais dúvidas e

esclarecimentos.” São José dos Pinhais, 2 de maio de 2024. Dra. Jéssica da Silva Ortega é a fonoaudióloga que fez o relato. Aí tem uma declaração escrita à mão. Conselheira Ana Lucia diz: “Não, na verdade só depois que a gente fizer todas as leituras, a gente dá a fala Presidente Marilza, e, na verdade, quando chegou para nós, nós já fizemos o encaminhamento para que a Educação Especial se manifeste, e depois a Educação Infantil.” O Conselheiro Luiz Carlos continua, a gente vai ler agora as movimentações que a Conselheira Ana Lucia citou ali que foram feitas, tá bom? Então, no dia 10 de maio de 2024, Ana Lúcia Rodrigues, presidente do Conselho Municipal de Educação, fez o seguinte encaminhamento. “De acordo com a situação feita pela Escola Dom Bosco, Rede Única e documentos e anexos, solicitamos parecer do Departamento de Inclusão e Educação Especial para a possibilidade da matrícula da criança tal no infantil 3 (três). Aguardamos retorno até o dia 14 de maio de 2024.” Na sequência, teve ali a resposta ao Conselho Municipal de Educação do Departamento solicitado com a seguinte informação: “Após a análise da documentação apresentada, a discussão do caso junto à equipe do Departamento, discorreremos que, UM: além do TEA, a menor apresenta outras comorbidades, que acarretam atraso no seu desenvolvimento. DOIS: conforme relato da equipe multiprofissional, a necessidade de estruturação de espaços pedagógicos, adaptação e flexibilização das propostas envolvidas. Desta forma, observe você que a unidade educacional não atendeu ou não atende às necessidades educacionais específicas da menor no Infantil 3 (três), considerando as ponderações apresentadas acima, não, não há garantia de que se, de que a menor frequenta a turma anterior à sua idade, trará benefício, ah, perdão, não há garantia de que se a menor frequentar turma anterior à sua idade, trará benefícios de desenvolvimento, se não houver mudanças e, ou intervenções que forneçam o desenvolvimento e a aprendizagem. diante dos postos, apresentamos parecer favorável a presente solicitação”, quem assina essa declaração é a Clície Maria Cancelier, a Diretora do Departamento de Inclusão e Educação Especial, no dia 15 de maio de 2024. A Conselheira Ana Lucia corrige colocando que o parecer é desfavorável, não favorável”. O Conselheiro Luiz Carlos se desculpa pelo erro e corrige: “ Diante do exposto, parecer desfavorável. E o protocolo foi feito para o Conselho Municipal de Educação em dia 15 de maio”. No dia 15 de maio, a Conselheira Ana Lúcia recebeu e colocou o seguinte situação: “De acordo com a solicitação da escola Dom Bosco Rede Única e documentos de anexo, solicitamos o parecer do Departamento de Educação Infantil para a possibilidade da matrícula da criança HLP no Infantil 3.(três), Aguardamos retorno até dia 17 de maio. Aí não teve mais ali e tem uma outra situação que diz o seguinte. A Conselheira Ana Lúcia diz: “ Não é a situação, é a resposta do Departamento de Educação Infantil”. O

Conselheiro Luiz Carlos agradece a mesma e continua. Dia 15 de maio foi feita essa situação, solicitando o retorno dia 17 de maio e o Departamento de Educação Infantil respondeu ao Conselho Municipal de Educação: “Considerando que as legislações educacionais vigentes versam sobre o cuidar e educar como indissociáveis na Educação Infantil, considerando que as unidades de Educação Infantil devem, segundo a resolução 05-2009, Conselho Nacional de Educação, só uma falta, vamos ler todos esses considerandos, Conselheira Ana Lucia? E a mesma responde que tem que ler todo o documento enviado, o Conselheiro Luiz Carlos continua a leitura. No artigo 10 (dez), criar procedimentos para acompanhamento do trabalho pedagógico e para avaliação do desenvolvimento das crianças sem objetivo de seleção, promoção ou classificação. Considerando que os registros avaliativos, segundo o inciso 1(um) do artigo 10 (dez) da resolução 5 (cinco) de 2019 do CNA/SEB, devem pressupor a observação crítica e criativa das atividades das brincadeiras e interações das crianças no cotidiano. Considerando que a criança tal participa de 5 (cinco) terapias na área da saúde, fonoaudiologia, psicologia, terapia ocupacional, integração sensorial e fisioterapia, constatamos apenas o relatório de uma área deste modo a multidisciplinaridade não foi visibilizada para explicitar como todos se estruturam e dão o suporte necessário para a criança e seus familiares, bem como também transpõe a sua dinâmica família, unidade educacional e sociedade em geral. Considerando que é o direito da criança e dever da unidade educacional garantir todas as possibilidades de inclusão, inserção, familiarização e adaptações necessárias para o atendimento educacional especializado, considerando que a Constituição Federal de 1988, nos artigos 205(duzentos e cinco) e 208 (duzentos e oito), deixa claro que todos têm direito à educação, ao atendimento especializado e à inclusão escolar, exigindo mudanças estruturais nas escolas comuns e especiais. O Departamento de Educação Infantil alerta que o fato de uma criança fazer uso de fraldas, mesmo na pré-escola no Infantil 4 (quatro), não apresenta um impedimento para o seu atendimento na turma onde estão as crianças da sua idade. A ausência de linguagem oral tão pouco representa uma característica que faz a criança regressar às turmas frequentadas por bebês e crianças bem pequenas, ou seja, turmas que não representam a sua faixa etária conforme a legislação em todo o território brasileiro, não deve haver retenção na Educação Infantil. A legislação traz a obrigação de os profissionais humanizarem espaços e ações para garantir que bebês e crianças sejam respeitados em seus direitos individuais, mesmo quando estão em ambiente coletivo. Deste modo, independente da sua condição física ou psíquica, todos os bebês e crianças devem ser atendidos dos grupos e suas faixas etárias, sem distinção, e protegidos a partir do compromisso pedagógico de toda e qualquer adaptação

que se faça necessária visando o seu bem-estar. Diante do exposto apresentamos, portanto, parecer desfavorável a presente solicitação”. 17 de maio de 2024, quem assina é a Sara da Silva Pereira, a Diretora do Departamento de Educação Infantil. A Presidente Marilza pergunta se a Conselheira Ana Lucia quer comentar sobre o documento e ela responde que Não, e pode o pessoal se manifestar, não tem problema. A Conselheira Carla comenta que era essa questão mesmo que foi levantada e ia levantar a mão exatamente para dizer que foi emitido o documento. Então, é isso. Nós vimos somente uma parcela dessa visibilidade dos terapeutas e as questões, os argumentos levantados, eles não conversam com uma política pedagógica para a criança, diante das suas necessidades individuais, as suas especificidades individuais e visuais diante de um coletivo. E claro que concordando com o que a diretora do Departamento Especial Clicie colocou no seu parecer também de que a escola é que precisa realmente unir forças e se desdobrar para que as adequações aconteçam. Somente nesse sentido, queria contribuir daí, que bom que o documento já apareceu aqui. A Presidente Marilza diz: “Vejo que ser uma criança vem em muitos comprometimentos, ali de acordo com o relatório, mas é como a Conselheira Carla disse, que eu também concordo que é pena que a gente não tem os relatórios das outras, as outras atendem menos”. A Conselheira Ana Lucia diz que: “Na verdade, como a gente recebeu na sexta-feira o parecer da Educação Infantil também, já foi de um e de outro, eu sinto necessidade de pedir para a escola quais são, o que ela tem ofertado para essa menina, que não tem um parecer da escola ali, é difícil dizer. A inclusão da Educação Especial colocou que a escola não está atendendo, mas a gente não tem como dizer que não, porque não foi colocado o que a escola tem feito, e todos esses casos em que são crianças, que apresentam necessidades especiais, as famílias estão entrando direto no Ministério Público e estão ganhando, só para dizer para vocês, porque lá na Lei de Inclusão ela fala que tem que ser atendida dentro das suas necessidades, então, eu penso que a gente deve solicitar, não dar um parecer ainda, mas solicitar da escola e pedir o parecer de outros atendimentos que está sendo feito aqui, para que a gente não tenha problemas em relação a essa criança, porque a própria Educação Especial, ela coloca lá no seu parecer, lá no começo, que a menor apresenta outras comorbidades que carretam atraso no desenvolvimento. Eu penso que, nesse caso, a gente precisa saber se tem atendimento que não está sendo feito e quais são, o que tem sido feito nos atendimentos e qual é o parecer desses especialistas em relação a essa criança antes de nós darmos aí a nossa nossa, fazer o nosso parecer de que essa criança deva permanecer ou não. Por mais que se diga a Educação infantil não existe reprovação o Ministério Público, ele vai em cima do parecer do Conselho Nacional de Educação que a partir da

pandemia ele coloca que não existe reprovação, mas e sim, continuidade, uma criança pode permanecer tendo continuidade eles já retiraram a palavra reprovação. Por isso que tem alguns especialistas da Educação Infantil que querem ver o que as deliberações da Educação Infantil dos municípios têm colocado em relação a isso, porque, não que queiram concordar com a criança a ficar , nada disso, pelo contrário. Mas para que também não haja nenhuma injustiça com essas crianças com necessidades especiais, eu penso que para gente dependente de qualquer coisa, acho que antes de darmos o nosso parecer, e eu fiquei bastante preocupada, que a gente não tem os dados realmente do que a escola tem feito por ela, e quais são os atendimentos, se tem ido todos os atendimentos e aqui aparece somente o laudo, digamos assim, da neuropediatria, ou acompanhamento fonoaudiológico dessa criança, e a gente vê assim também que o atestado médico ele sugere, ele não está dizendo que tem que ser, mas ela sugere, aí a gente já pensa... Ainda bem que eles agora estão colocando sugere, porque antes eles diziam, agora estão respeitando a escola, que é isso que a educação, na verdade que antes eles diziam que tem que ir e pronto. Então, eu acredito que o ideal seria isso, é a minha sugestão, porque eu me preocupei bastante e queria estar bem segura na hora de essa criança realmente prosseguir ou atender o que está sendo pedido, porque com certeza a família vai para o Ministério Público e lá eles vão, que é o que tem acontecido com as nossas crianças aqui, que acabam permanecendo e o Ministério Público vem em cima pela questão da lei de inclusão”. A presidente Marilza pergunta se a nossa Educação Especial visitou a escola, conversou com a família, conheceu a criança? A Conselheira Ana Lucia responde: “Eu acredito que não, por isso que eu me preocupei quando se diz que a escola não está dando os atendimentos necessários porque não está descrito e não foi feita a visita”. A presidente Marilza diz: “É importante que fosse feita essa visita. Talvez a gente possa, enquanto Conselho Municipal de Educação, a Conselheira Carla da Educação Infantil ir junto, a gente vê alguém da Educação Especial pra ir junto também, o Conselho Municipal de Educação, e a gente ir lá verificar o que tem sido, o que está sendo feito pra essa criança. Acho que seria importante pra gente ficar bem seguro na hora de colocar, porque eu digo pra vocês que é bem difícil a aceitação dos pais, os pais olham ninguém mais. Quem tem filho especial sabe o quanto eles querem o melhor para seus filhos, não é só um bater aí um pé dizendo, mas é uma preocupação deles prosseguirem. A gente vê a preocupação dos pais, por exemplo quando eles estão tirando o filho, está saindo da Educação Infantil do espaço pequeno e está indo para o espaço grande para um colégio, eles têm medo, eles têm insegurança, agora vocês pensam uma criança especial com necessidades especiais, o quanto para eles é difícil deixar a criança lá e pensar que eles estão sendo protegidos, se eles

estão sendo atendidos, é bastante preocupante. Ontem, eu não sei se vocês assistiram, eu assisti lá no Esporte Espetacular, por acaso estava assistindo, e aí apareceu, e tudo aparece do Rio Grande do Sul, uma família que estava sendo atendida, eu acho que era um Esporte Espetacular eu não sei se era do Fantástico ou dos dois que eu assisti, eles tinham perdido tudo, o pai e a mãe tinham dois filhos especiais adultos com mais de 30 anos, e aí na hora da enchente a preocupação deles era com a colcha do Inter que eles não podiam, que eles tinham que ir, mas tinham que levar, eles não se preocuparam com mais nada, só com a colcha do Inter. E quando as pessoas, os voluntários, deram tudo pra eles, pra casa deles, montaram, e quando a família falou disso, eles montaram, colocaram uma colcha pra cada um no quarto do Inter, eles conseguiram, o pai pegou o lençol, levou, e colocaram a colcha do Inter, deram um chapô. Eles estavam felizes, a primeira coisa que eles fizeram foi deitar na cama, e senti que estava com a colcha do Inter, para ver o quanto para os pais aquilo, o pai correu para pegar a colcha que o filho pediu, isso me chamou muita atenção, porque sabia que ele ia ficar muito, poderia entrar em surto, e que ia ficar muito angustiado, porque era o desespero deles, e depois que pega a colcha, já estava tranquilo. Vocês vejam, quando a gente vê assim, por isso que os pais fazem de tudo., eu acho que tem aí o Conselheiro Luiz Carlos, que tem um filho com autismo. Então, o que puder, agora eu tenho dois sobrinhos, um mais novo, agora autista também, diagnosticado com autismo, e meu sobrinho mais velho, que tem 35 anos, que também é um rapaz especial aí, e a gente tem todo o cuidado com ele. Mas só quem tá lá pra verificar, assim, todo esse cuidado e saber realmente o que os pais querem, eles querem o melhor para os seus filhos. Então, me angustia de pensar assim “vamos dar um não agora e já é pronto”. Porque a gente não tem feito isso, todos que chegaram pra nós, Educação Especial, veio com autorização tanto do Infantil quanto do Especial. Esse é o primeiro caso que nós estamos vendo que não tá vindo pelos dois, a gente fica inseguro. Então, Conselheira Carla, quando, aquele dia, quando nós estávamos na reunião, lá no dia 18 de abril, que a gente discutiu aquela criança, eu não destaquei para você que nós tínhamos um parecer favorável do Departamento de Educação Infantil e do Especial, que ali a Diretora do Departamento Especial a Clície se colocou favorável também., mas nós tínhamos o do Infantil. Então, a gente sempre segue e procura ficar bem alerta no que os Departamentos colocam para nós, a gente segue, até então, foi porque foi permitido. A Presidente Marilza já sabe porque ela é a presidente aí e sempre foi colocada favorável, de forma favorável, agora esse é o primeiro que realmente está vindo, então acho que vale uma visita aí, a gente até conhecer essa criança, que eu acho que é importante”. A Presidente Marilza diz: “É, porque eu tive um caso, o diagnóstico muito parecido com esse que tem aqui

da criança, e ele ficou conosco com o infantil 3 (três) e o infantil 4 (quatro), aí quando foi para o Pré, foi para a APAE, então precisa olhar com bastante delicadeza isso, se a criança precisa de uma avaliação nos atendimentos, se não é dele, é de uma criança que já é público, é pai, acho que é importante dar uma olhada bem carinhosa nisso, porque às vezes a família também, como a gente tá falando, é algo novo, você tá aprendendo a lidar. Eu vejo no meu sobrinho, a gente, enquanto família, tá aprendendo a lidar com as questões dele, e a família, a gente tem percebido que essas retenções também, permanência dos filhos também tem bastante relação com essa adaptação da família ao tempo da criança e aprender a lidar com isso que é muito novo". A Conselheira Carla comenta: "Mas é isso mesmo, acredito que a gente precisa ouvir e orientar, porque claro que existe o sentimento também de uma proteção que não vai ser um ano segurando que o que a gente precisa é orientar também dessa família para as terapias que essa criança precisa ter. A gente vê também que outra questão ali que foi verificado não tem a criança passando pelo CAEP, não sei, talvez a gente tenha que ver isso, nós temos, enquanto instituição pública, inclusive, se for oneroso demais para a família, tem uma instituição pública que também trabalha, não com saúde, mas com essa questão da cognição, para dar esse suporte para a gente, unir forças para fazer a orientação para as famílias, porque eles realmente precisam do nosso apoio, eles precisam, é a nossa obrigação, dar os caminhos. Também concordo, não é o não pelo não, o da outra vez, eu não tinha essa informação. Participando das câmaras, junto com vocês, a gente se dispõe para realmente ouvir, olhar lá, eu vou junto com vocês, sim, com certeza ou junto com vocês, Não, eu estou junto agora, Estamos juntos". A Presidente Marilza diz: "Eu acho que é isso, a gente aguarda um pouquinho, vamos pedir os outros pareceres, vamos ver se a gente consegue fazer uma visita, o pessoal da Educação Especial, eu respeito bastante quando eles visitam, orientam, e a gente vai conversando antes de tomar uma decisão". A Conselheira Ana Lucia diz: "Só para colocar Conselheira Carla, o particular não sabe do CAEP, né? Se você perguntar para a Conselheira Stela sobre o atendimento do CAEP, eu acho que pouco sabe e a Conselheira Leila também pouco sabe desse Centro de Atendimento à Estimulação Precoce, porque ele atende praticamente o público, o atendimento as unidades públicas, acaba sendo mais para a unidade pública. Nesse caso aqui, a criança já está tendo todos os atendimentos, mas ela não tem a estimulação precoce, que acho que seria importante, e aí a mãe talvez precise realmente, como você falou, da orientação, ela ser orientada para que tenha também esse atendimento, e a rede privada também, não dentro como da escola privada, digo assim, a clínica que faz esse atendimento. A Conselheira Leila colocou que ela já fez encaminhamento, sim. A Conselheira Stela coloca: "Conselheira Ana Lucia, bom

dia, logo que eu cheguei aqui em São José dos Pinhais, uma criança que fazia acompanhamento no CAEP, inclusive eu fui lá, recebi uma devolutiva bem detalhada, e tinha encaminhamento até do CAEP para a escola especial, a mãe não aceitou, a gente ficou com o menino até o (9º nono) ano, uns 2 (dois) anos atrás, mas eu senti muito dela não ter buscado a escola especial como foi o encaminhamento do CAEP, porque por mais que o aluno foi atendido em todas as suas demandas, mas é uma escola regular, a gente não consegue desenvolver o trabalho com a propriedade de uma escola especial. A gente conseguiu alfabetizar ele, ele teve seus avanços, mas eu hoje penso assim, ele poderia ter tido um outro caminho assim, mas foi muito bacana a devolutiva que eu tive do CAEP”. A Conselheira Carla coloca que “A gente poderia dar uma olhadinha no regimento do CAEP, eu não sei como é que tá hoje da atualização, mas há algum tempo atrás havia uma porcentagem, então era 10% de possibilidade para atender o público da escola privada, hoje em dia eu não sei, sinceramente”. A Conselheira Ana Lucia coloca que não tem como mexer nisso, qualquer regimento tem que ser da rede privada também. A Conselheira Stela diz: “Não, em algum, até um treinamento, um curso que nós fizemos ano passado, que o Rodrigo ainda tinha organizado, bem no início do ano passado, envolveu ali a questão de inclusão escolar, enfim, e foi deixado bem claro, não se falou em percentual, assim, que o aluno da Educação Infantil da escola privada, que era para a gente recorrer, inclusive, assim, vocês não precisam ter certeza de nada. Diante de uma dúvida ou de uma preocupação que a escola levante sobre o desenvolvimento escolar de uma criança, era para encaminhar para o CAEP”. A Conselheira Carla comenta que já caiu a porcentagem, que bom que é uma porta aberta também. A Presidente Marilza diz: “Eles continuam fazendo as atendidas, tanto das crianças que estão matriculadas no particular, como daqueles que as famílias buscam e que as crianças ainda não têm vínculo”. A Conselheira Ana Lucia diz: “Eu acho que vale a gente pensar Presidente Marilza, Conselheiros Carla, Luiz Carlos, Delma, e aí com a rede privada pensar novamente numa reunião, trazer essas informações para eles, que todo ano é importante que se faça e trazer daí esse trabalho a preocupação com a Educação Infantil, eu penso, Conselheira Carla, que você veio para somar conosco, porque você já fez, e você faz, e eu sei que você faz palestra para a rede privada em relação à Educação Infantil, e eu acho super importante que você se una bastante com o pessoal da Divisão de Estrutura e Funcionamento, e quando eles fizeram as reuniões, e aí o Conselheiro Luiz Carlos também, com aqueles que fazem parte do compras, você fazer alguns destaques importantes em relação à Educação Infantil, que eles precisam, eles têm essa necessidade. Assim como nós temos, escolas grandes que caminham, a gente sabe, nós temos aquelas menores, né, Então, nós temos aí as escolas que são medianas,

mas que também fazem um trabalho excelente aqui em São José, nós temos aqueles que estão abrindo hoje a sua escola, que tá no início, tem dois, três anos, mas que ainda precisam desse suporte, e esse acompanhamento, esse auxílio da rede pública, porque é nosso, é do nosso sistema, então a gente precisa, em relação à Educação Infantil, dar suporte para essas pessoas que estão aí preocupadas também com a educação e têm seus estabelecimentos e querem seguir adiante, fazendo de forma correta, porque a gente vê que a preocupação de todos é levar de forma correta”. Conselheira Delma diz: “ É isso mesmo Conselheira Ana, eu lembro pelo que a Conselheira Stela falou, que a gente fez isso, essa reunião no começo do ano passado, justamente porque tinha uma demanda grande de perguntas em relação a isso, chegava aqui na Divisão de Estrutura e Funcionamento, em relação à Educação Especial, que podia, que não podia, e aí a gente sentiu essa necessidade de passar essas informações, e realmente muitas unidades particulares não sabem como funciona ou até mesmo da existência do CAE e eu acho muito interessante agora que a gente pode fortalecer os vínculos entre os Departamentos e fazer uma coisa em conjunto, eu acho importante, é justamente o que a fala da Conselheira Ana Lucia está abrindo muitas escolas novas e eles chegam, a gente sente que eles chegam perdidos, na verdade em vários sentidos, então acho que seria bem importante mesmo a gente fortalecer esses vínculos e nós como secretaria fornecer esse tipo de conversa com as escolas e orientações também, seria bem importante”. A Presidente Marilza comenta então para aguardarmos. A Conselheira Ana Lucia diz: “Aí nós vamos fazer a solicitação para os atendimentos que faltam e pedir para um parecer da escola, que ela já deve ter um parecer dessa criança, porque a matrícula, nós já estamos em maio, finalizando mês de maio, e já deve ter um parecer”. O Conselheiro Luiz Carlos diz: “E dos outros acompanhamentos que a criança faz também, a família se conserva, vai ser bacana”. A Presidente Marilza passa a palavra para o Conselheiro Anderson: “ Eu só quero deixar registrado na Ata, que essa semana eu já vou saindo do Conselho Municipal de Educação do meu desligamento, tanto das câmeras, que eu faço parte, quanto também do próprio Conselho Municipal de Educação, eu, possivelmente, essa semana eu dou um rumo com a minha vida fora desta secretaria, mas em breve nesta secretaria, que em breve estarei aí possivelmente sendo chamado pelo concurso, mas a princípio estarei tomando outros rumos, até que eu seja chamado, então, possivelmente até sexta-feira eu vou até o Conselho Municipal de Educação Conselheira Ana Lucia, para deixar ao meu desligamento”. A Conselheira Ana Lucia comenta que ele deve retornar aí pelo seguimento de professor. O Conselheiro Anderson continua: “ E eu gostaria já também de deixar aqui meu parabéns a todas as pedagogas que hoje. Eu falei para a Márcia, foi uma grande escolha, mas que

às vezes a gente fica pensando, será que é isso que a gente queria?, mas não é querer, eu acho que é um dom que já está predestinado para cada pedagogo, cada um com a sua maneira de trabalhar e com a forma que tem que ser feita, então, cada um tem, não é, todo mundo não é igual, então, cada pedagogo sabe do seu direito, do seu dever, da sua maneira de trabalhar. A Conselheira Stela pede a palavra para dizer: “Quero avisar para vocês que esse ano eu encerro realmente as minhas atividades no Conselho Municipal de Educação, porque eu saio de São José dos Pinhais. Depois de 12 (doze) anos aqui na escola, eu vou assumir a unidade nova de Porto Belo, que está sendo construída em Santa Catarina, me mudo para lá na volta das férias, na verdade, agora eu não estou lá porque tem uma colega que era uma ex-gestora de Rio Negro que está aposentada, está morando em Bombas e está lá fazendo os atendimentos de matrícula, mas o prédio é para estar pronto ali em julho, é para entrar com imobiliário, então, de forma remota, eu vou me envolver ali com a compra de imobiliário, vou fazer uns bate e volta para lá, mas não preciso me mudar, tanto que vou continuar aqui na escola até o final do ano, mas daí na volta e na contratação do pessoal. O que eu vou me envolver é terminar a construção do prédio e contratação da equipe, e aí no retorno das minhas férias, metade de janeiro, que eu sempre tiro 20 (vinte) dias, daí eu já vou direto pra lá, mas até o final do ano estou por aqui”. A Conselheira Ana Lucia comenta que a gente também nem sabe o ano que vem o que vai ser de nós, a gente nunca sabe como fica o Conselho Municipal de Educação, que é o primeiro que mexe bastante quando troca gestão, algumas mudanças acontecem, mas mesmo continuando, eu sempre assim, muda a gestão, o que eu digo é a gestão tá mudando porque é um novo mandato, independente de troca ou não, é um novo mandato, e um novo mandato demanda também mudanças de outros gestores, não da Prefeita Nina em si, mas outros gestores que podem fazer mudanças aqui mesmo dentro da secretaria, então a gente nunca sabe o que pode acontecer, então é por isso que eu falei, eu também posso me aposentar. Mas é, mas assim, Conselheiro Anderson, muito bom ter você conosco, eu espero que amanhã você vá lá, vai se despedir do grupo também, a Conselheira Stela nós temos ainda aí o ano todo, mas o Conselheiro Anderson, quando quiser aparecer, pode, como professor, ele pode assistir às reuniões, né, as reuniões todas ordinárias, fica a seu critério” a Presidente Marilza diz: “A Anderson também vai sentir falta da sua referência, eu já falei isso pra você, você tem uma coisa de movimentar, a discussão vai fazer falta, então, se você tiver oportunidade, se volta, e a Conselheira Stela também vai fazer muita falta, mas vai ficar até o final do ano com a gente. Encerra a reunião agradecendo a presença de todos.

Eu, Maria Madalena de Carvalho Hitner, lavrei a presente ata e será assinada pela Presidente Marilza Aparecida Pereira Teixeira